

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR

Estudo Técnico Preliminar 22/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00091.005560/2025-45

2. Descrição da necessidade

Trata-se de compras pelo Sistema de Registro de Preços para o fornecimento de material de consumo diverso, para suprir as necessidades da Agência Brasileira de Inteligência pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período e de renovação dos quantitativos das Atas de Registro de Preços, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme condições, descrições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

Com o intuito de prover insumos para o preparo de chás e café, material de utilização de copa e cozinha, e material para limpeza e higienização dos seus ambientes, a ABIN - Agência Brasileira de Inteligência realiza anualmente a compra de material de consumo pelo sistema de registros de preços.

São 32 copas utilizadas pelos servidores e colaboradores, diariamente, seja para o preparo do café institucional como para o preparo de alimentos próprios. Eventualmente, os ambientes também são utilizados por visitantes e alunos da Escola de Inteligência.

Esse abastecimento de forma contínua garante qualidade de vida e conforto aos usuários.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Almoxarifado e Patrimônio	Vinicius Do Carmo Alves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Os materiais objeto desta contratação são comuns, de consumo imediato e encontrados facilmente no mercado, sendo que a contratação deverá ocorrer mediante processo de licitação, por meio do Sistema de Registro de Preços, encaixando-se nas situações de conveniência e entregas programadas para atender às necessidades de ressuprimento dos estoques deste órgão, conforme o art. 3º, inciso I do Decreto 11.462/23:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

- As particularidades de cada item estarão contidas nas respectivas especificações dos materiais no Termo de Referência.
- Indicação de marca e modelo:** para esta contratação não haverá indicação de marca específica. A título meramente ilustrativo, imagens podem ser anexadas para maior clareza da especificação.
- Garantia:** Não haverá exigência de garantia dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas características dos bens que estão sendo adquiridos. São bens de consumo cujo valor da contratação não justifica a exigência de garantias que podem restringir a competitividade nesse caso concreto.
- Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na 7ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado em outubro/2024, demais legislações.
- Para os gêneros alimentícios:**

- Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resolução Anvisa - RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, e Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999);
- Quanto aos aditivos alimentares, os gêneros alimentícios devem observar a RDC nº 239, de 26 de julho de 2018, da ANVISA.
- Instrução Normativa nº 47 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 30 de agosto de 2018. Estabelece o Regulamento Técnico do Açúcar, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto
- Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 716, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos
- Agricultura familiar: Quanto à Agricultura Familiar, conforme orientação da legislação vigente (Decreto nº 11.746/2023), a Abin não se enquadra no tipo de órgão. A compra por agricultura familiar beneficia hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas. São órgãos que compram alimentos para fornecer alimentos ao público. Entende-se que a aquisição de gêneros alimentícios da ABIN trata-se de consumo próprio e com uma quantidade restrita ao quadro de servidores e usuários da estrutura do órgão. Sendo assim, não foi feita a consulta de preços por ser inócua à nossa contratação.
- Para os produtos químicos: Detergente e Multi-inseticida:
 - Atender aos normativos sobre atividades potencialmente poluidoras:
 - Registro regular do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. IN IBAMA e ANEXO I, e
 - Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021, anexo I
- **Normativos necessários para aferição de qualidade do café:**
 - Portaria SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022. Estabelece o padrão oficial de classificação do café torrado;
 - Foi concedido o prazo de dezoito meses, da data da vigência da Portaria SDA 570/22 (1º de janeiro de 2023), para que todas as empresas utilizem seus estoques já existentes de embalagens de café. Portanto, o estoque de embalagens já existentes pode ser utilizado até junho de 2024. Se, por acaso, um produto estiver na prateleira após junho de 2024, mas tiver sido embalado em uma embalagem que a empresa já possuía antes de janeiro de 2023, o MAPA não aplicará sanções, adotando-se neste caso como referência a data de fabricação. Contudo, o mesmo raciocínio não vale para o caso em que a empresa decide produzir, após janeiro de 2023, embalagens em desconformidade com a Portaria;
 - Considerando a observação acima e que há diversos produtos no mercado e que a nova legislação do Ministério da Agricultura e Abastecimento permitiu que as empresas ainda vendam o café nas embalagens antigas até junho de 2024 e que nossa compra se concretizará até dezembro de 2023, é prudente que essa administração exija o Laudo de análise do café ofertado, emitido por laboratório habilitado pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (REBLAS/ANVISA) ou laudo expedido por laboratório credenciado por secretária Estadual de Agricultura, sendo que os laudos devem demonstrar os critérios mínimos da SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022 para análise sensorial de café e que o laboratório seja credenciado para esse fim. O objetivo é verificar condições mínimas para o objeto a ser aceito e uma forma de aferir a qualidade sensorial do café e minimizar o risco de compra de marcas duvidosas.
- Há de se frisar que em todas as três últimas contratações de café da Abin, inclusive em 2020, no auge da pandemia, as licitantes não tiveram dificuldade de apresentar os Laudos. Dessa forma pode-se concluir que não há risco quanto a inviabilidade no fornecimento de documentos nem na restrição competitiva, considerando que o quantitativo demandando pelos órgãos públicos compensam os custos com a documentação. Além disso, em busca de práticas recentes de contratação por outros órgãos, verificou-se que a exigência de Laudo é uma prática comum nas licitações. (**Pregão Nº 13/2023 do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ e Nº16/2023 do COMANDO DA AERONÁUTICA - GRUPO DE APOIO DE BRASÍLIA**)
- **AMOSTRA:** com objetivo de verificar a qualidade dos itens, de forma complementar essa Administração, poderá exigir amostra das licitantes classificadas em primeiro lugar, principalmente dos gêneros alimentícios. Os parâmetros de análise ficam restritos à especificação e detalhamento dos itens que serão fornecidos em anexo do Termo de Referência. Trata-se da verificação de qualidade da embalagem e informações sobre os produtos, principalmente na composição exigida.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando se tratar de aquisição de bens de consumo imediato, que, por suas características e forma de contratação, não demandam a exigência de garantia de execução, a qual poderia onerar a contratação, tanto de forma administrativa quanto econômica, afastando possíveis licitantes interessados, prejudicando a concorrência e elevando o preço registrado.

5. Levantamento de Mercado

Para o levantamento do mercado, observou-se aquisições similares com outros órgãos em pesquisa no Compras.gov.br, mas não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de aquisição, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação.

Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

Também não se constatou restrição de fornecedores. Os requisitos técnicos são os exigidos pelas legislações específicas.

Em relação à especificação e descrição dos itens, os elementos técnicos utilizados são os mínimos necessários para assegurar que a aquisição se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições de qualidade exigidas, não restringindo a participação das empresas e assegurando o gasto racional dos recursos públicos. Há de se relatar também que as descrições estão em conformidade com os códigos CATMAT de cada item. O uso de imagens é somente com o objetivo de ilustrar.

Os itens são caracterizados como comuns, pois todos possuem descrição específica no CATMAT e possuem grande oferta no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de itens de cozinha e gêneros alimentícios para suprir as copas onde os servidores realizam suas alimentações e fazem café, bem como aquisição de produtos de higiene e limpeza para utilização nas atividades de manutenção e limpeza das copas limpas. Todos os itens tratam de reposição de material consumido regularmente no órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estão estimadas pela análise de consumo do ano anterior e por demandas específicas das unidades do órgão. Essa administração anexou ao ETP as planilhas e relatórios que fomentam a necessidade do órgão:

Anexo I	Histórico_Consumo.pdf
Anexo II	Controle_Atas.pdf
Anexo III	Estoque_16-06.pdf
Anexo IV	Tabela_Previsão_Consumo.pdf

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 255.706,50

O valor estimado da contratação está informado na planilha do Anexo VIII - Planilha quantidade e valores- bens de consumo - atualizada 04-09-23.

Para compor o preço final essa administração utilizou os parâmetros do Art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.

Foi priorizado a pesquisa no Painel de Preços, sendo que os preços abaixo do valor de mercado e abaixo do valor da última contratação da Abin foram desconsiderados por entendermos que os valores cotados no sistema de pesquisa de preços do compras.gov são valores após etapa de lances e ainda há de se ser observado a inflação e reajustes dos índices de preços, como igpm, ipca.

O fator quantitativo x preço total do item também foi observado. Na última contratação, alguns itens fracassaram por não serem atrativos no sentido de ter um valor muito baixo para compensar os custos de entrega da empresa, que não tem a garantia de ganhar mais de um item e precisam diluir os custos no valor total da venda.

Dessa forma os valores são compostos pela mediana da pesquisa, conforme o § 6º, do Art. 6º da IN 65/2021 - Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados..

As pesquisas em sites especializados foram utilizados como referência em itens que geraram dúvidas quanto ao valor de mercado e o valor contratado pela a administração pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se aquisição de 27 itens que podem ser fornecidos por empresas diversas, conforme consta no Acórdão TCU nº 542/2020. Contudo, dois itens devem ser agrupados, para que o risco da licitação fracassada ou deserta seja minimizado. Ao se fazer as pesquisas de preços, ficou constado que o item "colher de café inox" tem um valor total muito baixo, o que acaba não atraindo licitantes que precisam cobrir custos com frete e impostos. Para tornar o item atrativo, resolvemos agrupá-lo com item "xícara de café com pires"

Outros 4 itens que devem ser agrupados são os chás, tornando-se interessante agrupá-los considerando o baixo quantitativo de cada sabor e visando tornar a contratação mais eficiente. Esse agrupamento facilita na administração e na padronização de qualidade ao ser fornecido por uma única empresa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No anexo IV é possível consultar os itens que ainda possuem atas vigentes no exercício de 2025. Essas atas precisam se renovar antes de março do ano que vem para manter a continuidade do abastecimento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está prevista no PAC/PGC 2025, registradas no DFD nº 126/2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender as demandas de produtos de copa e limpeza e gêneros alimentícios para todo o complexo da ABIN e garantir o fornecimento contínuo desses materiais que suprem as necessidades básicas de utilização das copas/cozinhas dos servidores, visitantes e colaboradores.

13. Providências a serem Adotadas

Não houve necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que a aquisição não impacta na estrutura física, elétrica, hidráulica e ambiental do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais diretos.

Essa Administração tomou o cuidado para atender a legislação de compras sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável da própria ABIN conforme relatado nos critérios de sustentabilidade do item 4.

A ABIN também adota campanhas de conscientização do uso de copos descartáveis e optou pela compra de copos fabricados com materiais biodegradáveis que usam matéria-prima de fontes renováveis como **soja, amido de arroz, amido de milho e cana-de-açúcar**, conforme o código CATMAT 433262 para copos de 200 ml e 432261. Para tanto, verificou-se os valores no painel de preços que demonstraram-se compatíveis com os valores de mercado do copo comum. Também consultamos o Conselho Federal de Medicina, situado em Brasília, que comprou recentemente o item da empresa JARDA, uma fornecedora de outros itens da Abin, e ficou confirmado a qualidade e aceitação dos servidores.

Quanto a Agricultura Familiar, conforme orientação da legislação vigente (Decreto nº7.775/12), a Abin não se enquadra no tipo de órgão: hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas. São órgãos que compram alimentos para fornecer alimentos ao público. Entendemos que a compra em questão trata-se de consumo próprio do órgão e uma quantidade restrita ao quadro de servidores e usuários da estrutura do órgão. Sendo assim, não foi feita a pesquisa de preços por ser inócua à nossa contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se mostra viável nos moldes já adotados em anos anteriores, utilizando-se do Sistema de Registro de Preços para aquisição de material de consumo para manutenção do estoque dos itens no órgão, realizando-se a compra somente dos bens que serão efetivamente consumidos e evitando o desperdício de materiais perecíveis.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS DO CARMO ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 14:18:30.

GABRIEL MARQUES COSMO

Agente de contratação

MANOEL RODRIGUES DE SOUSA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 14:19:54.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Histórico_Consumo.pdf (480.95 KB)
- Anexo II - Controle_Atas.pdf (420.42 KB)
- Anexo III - Estoque_16-06.pdf (236.88 KB)
- Anexo IV - Tabela_Previsão_Consumo.pdf (518.13 KB)